



FOTO: CICERO RODRIGUES

*O teste de QI está tão entranhado na lei (norte-americana) que tem agora o poder de salvar ou não um prisioneiro que se encontra há 35 anos no corredor da morte, aguardando sua execução*

## SALVO PELO QI

A história do teste de QI (quociente de inteligência) começou com o antropólogo e matemático britânico Francis Galton (1822-1911), que em 1883 começou a correlacionar algumas variáveis físicas com a aptidão mental. Tendo falhado nessa tentativa, acabou desistindo de tal estudo. Entretanto, muitos outros pesquisadores se interessaram pelo assunto e continuaram a propor metodologias para medir o desempenho intelectual de populações.

Apesar do grande empenho ao longo de mais de um século, ainda não existe consenso quanto às conclusões obtidas por meio de diversas abordagens. A dúvida principal entre os cientistas de várias especialidades é sobre o que de fato revelam os testes de QI.

O tema é mesmo delicado, porque muitas das correlações feitas acabavam esbarrando, intencionalmente ou não, na qualificação de certas subpopulações, sobretudo quando estas envolvem aspectos de hereditariedade. O biólogo e paleontólogo norte-americano Stephen Jay Gould (1941-2002) era visceralmente contra o teste de QI e declarava que se tratava de racismo científico. Ele alegava que os valores calculados invariavelmente demonstravam que grupos minoritários, ou determinadas raças ou sexos, eram inferiores e que, diante dos números, mereciam tal *status*.

Apesar do debate, os testes de inteligência foram adotados com entusiasmo por vários países, destacando-se os Estados Unidos, que lançam mão de tais medidas para avaliações diversas que incluem seleções no âmbito profissional, previsões de desempenho e até decisões judiciais.

O comentário de Sara Reardon publicado na revista *Nature* (v. 506, p. 284) ilustra como o teste de QI está tão entranhado na lei que tem agora o poder de salvar ou não um prisioneiro que se encontra há 35 anos no corredor da morte, aguardando sua execução. A legislação da Florida prevê que o Estado não pode executar pessoas que tenham qualquer tipo de incapacidade mental, isto é, que, em virtude de tal deficiência, não sejam capazes de discernir o certo do errado. No caso em

pauta, a defesa alega que, pelo fato de o condenado apresentar um QI de 60, ele se encaixa na categoria de deficiente e, portanto, não pode sofrer a pena capital.

Para 10 estados americanos, o ponto de corte do QI é 70. Mas, aí entram os argumentos quantitativos. Pode-se bater o martelo em 70? Há variações permissíveis ao redor desse valor limítrofe? Alguém que tenha um QI de 71 já pode ser considerado suficientemente inteligente para morrer?

Nesse momento entramos no complexo e tortuoso mundo da estatística, uma das principais ferramentas utilizadas em estudos populacionais. O cálculo é feito atribuindo o valor de 100 para o pico de uma curva normalizada (uma curva com a forma de um sino) que contempla o maior percentual de pessoas do grupo investigado. Os valores de 70 e o de 130 são obtidos por situar-se a dois desvios padrão de 15 pontos percentuais abaixo e acima de 100, respectivamente.

Essa curva mostra também que 95% das pessoas têm um QI que se encontra no intervalo entre esses dois desvios padrão. Tal cálculo não se aplica exclusivamente para valores de QI, mas para uma série de outros estudos que derivem seus resultados a partir de amostras da população.

O ponto é que a amostragem é apenas uma aproximação da verdade ou de um valor absoluto. Assim, é fácil entender a razão da polêmica. Como se não bastasse essa ponderação, um dos parâmetros mais usados em estatística – e que também foi e é muito usado em pesquisas de QI – é o valor de *P*, parte integrante de algoritmos que pretendem estabelecer o quanto um determinado resultado estatístico “significa” algo de verdade, ou é apenas o fruto de eventos aleatórios.

Em seu artigo da *Nature* (v. 506, p. 150), Regina Nuzzo descreve como o valor de *P* está por um fio e como vários cientistas não só o julgam inútil como declaram ainda que muitas conclusões já publicadas com base nesse fator simplesmente não são verdadeiras. Até que a estatística se consolide a ação mais prudente talvez seja abolir a pena de morte. **CH**

### FRANKLIN RUMJANEK

Instituto de Bioquímica Médica, Universidade Federal do Rio de Janeiro  
franklin@bioqmed.ufrj.br